

ENTRE PANDEMOS E PANDORA: O POPULISMO DE DIREITA EM TEMPOS VIRAIS

Mayra Goulart¹

Paula Frias²

Luan Guedes³

Everything is at war: the elements, animals, and man.
We must confess: there's evil on earth.
Its source remains unknown to us.
Could evil spring from the author of all good?
Is it the black Typhon or barbarous Ahriman
Who condemn us to suffer under their tyrannical law?
My mind rejects these heinous monsters
The trembling world made into gods.

Voltaire,
Poem on the Lisbon Disaster,
Or an Inquiry into the Axiom

INTRODUÇÃO

A catástrofe que nos cerca e suas múltiplas dimensões aterradoras, impedem a produção de qualquer tipo de reflexão articulada com diagnósticos e prognósticos, quer sejam eles sombrios, como nos parecem ser os momentos que se avizinham, quer otimistas conquanto às chances de que uma crise desta magnitude provoque uma ruptura em nosso modo de vida cáustico ao planeta e a nós mesmos.

1 Professora de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS).

2 Mestranda em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Do Estado do Rio de Janeiro (IESP - UERJ).

3 Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Tendo feito esse prólogo, necessário para introduzir uma contribuição tão superficial para uma convulsão tão profunda, justificamos que nossa opção pelo tema deste texto resulta exclusivamente do reconhecimento das nossas limitações. Optamos por um recorte compatível com nossos poucos recursos analíticos. Como o estudo das ideologias políticas e do populismo têm feito parte das nossas pesquisas, escolhemos situar nossa contribuição no tema do *populismo de direita* e sua reação em face à pandemia. Sendo assim, ao longo das próximas páginas iremos apresentar algumas conjecturas acerca da seguinte pergunta: *Uma crise desta magnitude reforça ou ameaça o posicionamento deste tipo de liderança?* Para respondê-la, todavia, será necessário, primeiramente, explicar o que entendemos por *populismo* e por *direita*, esclarecendo como se dá a composição destes dois termos que, ao nosso ver, são independentes.

Tendo definido um conjunto de elementos que caracterizam lideranças *populistas de direita*, partimos para a análise da conjuntura atual, apresentando hipóteses sobre eventuais incompatibilidades e afinidades entre esses elementos e os desafios suscitados pela pandemia. Na segunda parte do texto, esboçaremos uma análise do posicionamento e das ações adotadas pelo governo brasileiro em face da pandemia. A proposta é compreender quais os efeitos das políticas públicas, ou de sua ausência, na popularidade de Jair Bolsonaro. Esta última etapa terá um caráter meramente ilustrativo, uma vez que os efeitos da crise atual e das medidas adotadas para combatê-la ainda não atingiriam um ponto de maturação que permita uma comparação adequada. Por esta razão, o texto não apresenta nenhuma consideração final ou conclusões de qualquer natureza. Ainda é cedo.

PRIMEIRA SEÇÃO: QUANDO A COSMOLOGIA POPULISTA SE TORNA ANFITRIÃ DA DIREITA.

1. POR QUE POPULISTA? O QUE É POPULISMO?

A pluralidade de definições de populismo e sua onipresença no debate político atual provoca reações distintas entre os analistas. Enquanto muitos desprezam o conceito por sua vulgaridade, outros se encantam por sua natureza polissêmica, precária, imperfeita e ambígua. Incluímo-nos entre os últimos, reconhecendo o desafio de lidar com um conceito que ultrapassa os muros da universidade, sendo mobilizado enquanto categoria analítica pela sociedade civil. Enquanto agenda de pesquisa, o populismo possibilita refletir sobre os contextos de suas recepções e mutações, observando a relação dialética entre o que ocorre dentro e fora da academia. Neste texto, todavia, não há espaço para tal reflexão.

Em virtude disso, optamos por uma definição de populismo que se reconhece como minimalista e instrumental, delineada com o propósito de reforçar seus *measurable effects* (Hawkins & Kaltwasser, 2018, p.07; Hawkins & Mudde, 2012). A chamada abordagem *ideacional* se apresenta, portanto, a partir de seu objetivo: indicar mecanismos causais que (i) descrevam a performance de lideranças e (ii) explicam porque elas encontram apoio entre a população, entendendo tal performance em termos discursivos (propostas, declarações) e materiais (decisões e políticas públicas)⁴.

Esta perspectiva não implica reduzir o populismo ao carisma ou a uma *estratégia* política (Weyland, 2001) por meio da qual um líder exerce o poder através de uma relação direta com seus seguidores. Embora ambos sejam atributos importantes na compreensão da natureza dos fenômenos, uma definição limitada a eles estaria demasiadamente centrada no emissor dos discursos (dimensão *bottom up*), negligenciando sua recepção (dimensão *top down*). Ademais, seguindo por essa perspectiva nos aprisionamos em um círculo tautológico e demofóbico: *populismo é o que encontra adesão no povo / o que encontra adesão no povo é populismo.*

4 Considerando a indissociabilidade entre o plano discursivo e material, isto é, o fato de que os fenômenos sociais são discursivos. Neste ponto a abordagem ideacional incorpora o legado pós-estruturalista conquanto ao caráter material das ideologias. Nas palavras de Mouffe e Laclau, “Os elementos linguísticos e não linguísticos não são apenas justapostos, mas constituem um sistema diferencial e estruturado de posições - ou seja, um discurso” (Laclau & Mouffe, 2001, p.108).

Para que atinja seu potencial heurístico, o populismo precisa articular as duas dimensões da política moderna: líderes (*top down*) e liderados (*bottom up*). Em outros termos, precisa esboçar alguma hipótese sobre a conexão entre ambos, uma vez que nela reside o resquício de democracia ainda existente no mundo atual (Finley, 1988). Desta forma, o *populismo* surge como hipótese para a compreensão da formação dos vínculos de pertencimento e de identidade estabelecidos entre os cidadãos e suas lideranças, responsáveis por forjar um ator coletivo de natureza política (Laclau, 1994, 2005; Arditì et al 2005). Esta forma de compreender o populismo se justifica por seus efeitos operacionais na organização de um ator coletivo, cuja liderança se atribui o propósito de devolver ao povo o poder que lhes foi usurpado por uma elite conspiratória (Hawkins 2009, 2010).

O núcleo semântico do conceito passa então a ser composto por dois elementos: o anti-elitismo e pela centralidade conferida ao povo enquanto ator político (*people centrismo*), que se expressa pela ideia de vontade geral como fundamento de legitimidade das decisões do líder ou do partido. Essa definição se desdobra em três requisitos para que um caso possa ser enquadrado na categoria a) cosmologia moral maniqueísta; b) visão do povo enquanto totalidade homogênea e virtuosa; c) definição da elite como corrupta e selvagem (Mudde & Kaltwasser 2013, 2017; Hawkins & Kaltwasser, 2018, p. 3). Estes elementos funcionam como um denominador comum presente em todas as expressões de *populismo*, evitando a aplicação do conceito a qualquer fenômeno político moderno (Mudde 2004: 545) e permitindo a identificação de *subtipos* (Canovan, 1984; Mouzelis, 1985).

O populismo funcionaria como uma *thin-centered ideology* por meio da qual a oposição entre *povo* e *elite* exerce o papel de um catalizador selecionando e organizando discursivamente um manancial de ideias já existentes em cada sociedade, sob a forma de antagonismo. Estas ideias e discursos são mutuamente determinados de maneira *ad hoc*, alterando-se em face de cada conjuntura política (Mudde, 2004:

543; Mudde & Kaltwasser 2012^a; 2013, p. 159 e 160). Reconhecendo, pois essa infinidade de combinações possíveis, surge o esforço de catalogá-las em subtipos a partir de suas semelhanças.

Embora todas as manifestações de populismo se definam pelo uso (em menor ou maior grau) de uma cosmologia maniqueísta que reduz a política à luta entre o povo puro e a elite corrupta (Canovan, 1999, p.3 e 4), ambos os termos se constituem como *receptáculos vazios (empty-vessels)*, preenchidos por diferentes conteúdos que definirão os critérios de pertencimento a cada grupo (Mudde & Kaltwasser, 2013, p. 151).

O discurso *populista* se caracterizaria, todavia, por manipular esse reservatório de ideias e valores de maneira mais frouxa do que outras formas discursivas como a ciência, a religião e as ideologias, por exemplo. Em outros termos, o populismo não implica em um conjunto articulado de princípios e ideias (em uma ideologia propriamente dita). Ele é um hospedeiro ou um anfitrião (Freeden, 1998) que organiza de maneira frouxa e, por vezes, ambígua os conteúdos ideológicos a serem operacionalizados por seu núcleo semântico composto pelo anti-elitismo e pelo *people-centrism*. Essa frouxidão implica em definições flutuantes acerca dos requisitos necessários para ser incluído no povo ou na elite a ser combatida (Mudde & Kaltwasser, 2017, p. 21 e 22), que variam oportunamente conforme a correlação de forças disponível ao líder ou partido populista em questão.

Ideologias constituem conjuntos relativamente estáveis de ideias políticas reunidas de modo a propiciar diagnósticos e prognósticos acerca de situações conjunturais, enquadrando-as em uma estrutura analítica com pretensões (mais ou menos tácitas) de universalização (Freeden, 1996; 1998; 2017). Esta estrutura ergue-se, de maneira geral, em torno de questões como distribuição de recursos e justiça social. A capacidade de fazer prognósticos e de propor intervenções no mundo, passíveis de dialogarem com outras propostas de mesma natureza, confere às ideologias algum grau de singularidade que permitam que elas sejam reconhecidas no *mercado das ideologias*.

O populismo, enquanto categoria analítica, não possui esses atributos, o que não implica que os fenômenos nele tipificados não recorram a este *mercado* em busca de inspiração para seus discursos. Há, todavia, um *trade-off* a ser considerado na relação entre lideranças populistas e ideologias: quanto mais preciso ideologicamente, isto é, quanto mais comprometido com uma ideologia política determinada, menor a capacidade do líder ou partido em questão de modular seus discursos para obter o apoio de segmentos sociais distintos. Um discurso populista se define, em termos laclauianos, pela capacidade de formar uma *cadeia de equivalência*, reunindo diferentes sujeitos sociais, cujas identidades em maior ou menor grau de dissolvem na formação de um novo sujeito político (Laclau, 2005; Silva, 2019; 2017a; 2017b; Silva & Adinolfi, 2018). Nesta medida, quanto mais comprometido com uma ideologia determinada e mais coerente com seus princípios, menos populista é o discurso.

Esse elemento camaleônico, pendular ou multiclassista do populismo foi assinalado por diferentes interpretações teóricas ou fenomenológicas (Taggart, 2000; Freedon, 2003; Hawkins & Kaltwasser, 2018, p. 3). Por isso, não apenas é possível observar a alternância ideológica *entre* os subtipos de populismo, como também *dentro* de um mesmo caso, sendo tais variações sempre orientadas às particularidades de cada contexto singular.

Sob esta perspectiva não existiria uma *ideologia populista* que nos permitiria pensar como o populismo se comportaria *em abstrato* sobre justiça, direitos, igualdade e liberdade, ou diante de uma pandemia global. Para dar conta destas questões, cada manifestação empírica particular compõe uma articulação mais ou menos coerente entre componentes ideológicos distintos. É isso que nos permite pensar em subtipos de populismo, ou no caso do nosso objeto em particular, em *populismos de direita*.

Diferentemente das ideologias que incluem explicações mais complexas sobre os problemas e, por conseguinte, soluções mais abrangentes para os diferentes problemas sociais, o populismo

apresentaria combinações mais simples de ideias, que, inclusive, se alteram diante de um novo desafio (Freeden, 2003; Hawkins & Kaltwasser, 2018, p.04). Esta é nossa hipótese acerca do contexto atual, no qual *populistas de direita* foram premidos a adotar medidas (contracíclicas, redistributivas e mesmo, científicas), que contrastam com os componentes conservador e neoliberal de seus discursos, sem que para isso precisem operar uma reformulação discursiva profunda.

2. POR QUE DE DIREITA? O QUE É SER DE DIREITA? O QUE SÃO IDEOLOGIAS?

Embora menos midiático do que o de populismo, o conceito de ideologia política também é alvo de um profícuo debate que passa ao largo do escopo desse artigo. Entendidas como “atalhos mentais” que simplificam uma miríade de valores, anseios, perspectivas e visões, as ideologias políticas serão aqui consideradas sob uma perspectiva instrumental. É sob este prisma que os termos *direita* e *esquerda* serão definidos, reconhecendo que, desde a Revolução Francesa, eles funcionam como um meio de classificação das identidades políticas, capaz de reduzir a complexidade do universo político (Fuchs e Klingemann, 1990, p.205; Luhmann, 1982).

Ademais, uma vez que nosso foco recai sobre a recepção e a mobilização de conteúdos ideológicos por parte de atores políticos, evitaremos a apreciação teórico-filosófica dos mesmos, concentrando-nos em outras estratégias metodológicas. Dessa maneira, contornando as controvérsias estabelecidas em ambas dimensões (metodológica e teórico/filosófica), optamos por trabalhar com uma abordagem já consolidada no campo das ideologias políticas: aquela oferecida pelo *Comparative Manifesto Project (CMP-MARPOR)*⁵.

5 Anteriormente conhecido como Projeto *Manifesto Research Group/Comparative Manifestos (MRG/CMP)*, o *Manifesto Research on Political Representation (MARPOR)* é responsável por administrar o *Manifesto Project Database (MPD)* que contém análises de conteúdo quantitativo de programas de governo de partidos de mais de 50 países. O banco de dados pode ser acessado aqui.

Fundado por Ian Budge e David Robertson, em 1979, o *Manifesto Research Group* (MRG), é um projeto internacional que procura examinar as medidas programáticas apresentadas nos programas eleitorais dos partidos políticos com representação parlamentar e, no caso dos sistemas presidencialistas, dos candidatos⁶ que concorrem às eleições presidenciais (Budge *et al.*, 2006, p.xvii; Lombardo *et all*, 2018). A metodologia desenvolvida pelo CMP-MARPOR fornece uma operacionalização independente que possibilita identificar algumas categorias como de direita e de esquerda. Após a análise de todo programa de governo, o posicionamento de um determinado partido político na escala esquerda-direita é obtido por meio do cálculo de um índice, conhecido como RILE (Lombardo *et all*, 2018, p.5). Em resumo, a metodologia consiste em atribuir às porções de texto, categorias que indiquem seu conteúdo ideológico, listadas em um manual disponibilizado aos codificadores. Neste artigo, não nos atemos ao cálculo em si, mas às categorias utilizadas como indicadores de um posicionamento ideológico à *direita* e à *esquerda*, para, com isso, poder definir o perfil ideológico do que entendo por *populistas de direita*.

Seguindo tais instruções, observa-se que as categorias associadas à esquerda⁷ atribuem importância (grifamos as que serão particularmente importantes para o argumentos desenvolvidos a seguir, em particular no tocante aos imperativos da conjuntura):

- a. À condenação do comportamento imperial e/ou de um Estado que exerce forte influência comercial, militar ou política sobre outros países.
- b. À crítica às Forças Armadas e/ou uso do poder militar na resolução de conflitos e, conseqüentemente, à valoração da paz ou de meios pacíficos como forma de superação de crises.

6 Candidatos que tenham obtido mais de 5% dos votos.

7 Tais categorias são: 103 - Anti-imperialism: positive, 105 - Military: Negative, 106 - Peace, 107 - Internationalism: Positive, 202 - Democracy, 403- Market Regulation, 404 - Economic Planning, 406 - Protectionism: Positive, 412 - Controlled Economy, 413 - Nationalisation, 504 - Welfare State Expansion, 506 - Education Expansion e, finalmente, 701 - Labour Groups: Positive (Budge & Meyer, 2013; Lombardo *et all*, 2018).

- c. À necessidade de priorizar a cooperação internacional ou, em outras palavras, a defesa do multilateralismo.
- d. À valorização da democracia como única forma de governo aceitável.
- e. **À política econômica favorável à intervenção do governo com o intuito de criar um mercado mais competitivo e justo, ao planejamento duradouro, à proteção do mercado interno, ao controle de preços e à preservação do controle de empresas e terras.**
- f. **À necessidade de aumentar os gastos públicos com o intuito de expandir o sistema de ensino e/ou introduzir, manter ou expandir qualquer serviço público ou de seguridade social.**
- g. **À defesa da classe trabalhadora, incluindo desempregados em geral, e dos sindicatos e todas as demais associações trabalhistas.**

As categorias referentes à direita⁸, por sua vez, estão relacionadas com os seguintes conteúdos (grifamos as que serão particularmente importantes para a categorização dos *populistas de direita*):

- h. **Às Forças Armadas e, conseqüentemente, necessidade de se investir na manutenção e no fortalecimento dessas instituições, afim de que possa garantir a segurança e a defesa externa.**
- i. À liberdade individual e aos direitos humanos e civis, o que significa, por um lado, a defesa da liberdade de expressão, de imprensa, de possuir propriedade e de dispor dela como quiser, de reunião etc. e, por outro, a crítica ao controle burocrático e à coerção do Estado nas esferas políticas e econômicas.
- j. À preservação da constituição
- k. **À política econômica favorável às empresas e às instituições financeiras e que vise a redução do déficit público, o**

8 Tais categorias são: 104 - Military: Positive, 201 - Freedom and Human Rights: Positive, 203 - Constitutionalism: Positive, 305 - Political Authority: Positive, 401 - Free Market Economy, 402 - Incentives: Positive, 407 - Protectionism: Negative, 414 - Economic Orthodoxy, 505 - Welfare State Limitation, 601 - National Way of Life: Positive, 603 - Traditional Morality: Positive, 605 - Law and Order, e, por fim, 606 - Civic Mindedness: Positive (Budge & Meyer, 2013; Lombardo *et al.*, 2018).

que implica, entre outras coisas, em limitar os gastos do Estado com serviços sociais ou segurança social.

- l. À redução ou eliminação do protecionismo e, conseqüentemente, à defesa do livre comércio.
- m. **Aos apelos patrióticos gerais e à história da nação.**
- n. **Aos valores morais tradicionais e religiosos.**
- o. **À execução mais rigorosas da lei e ações conjuntas mais duras contra o crime doméstico.**
- p. **A apelos gerais à solidariedade nacional e à necessidade de união nacional.**

https://drive.google.com/file/d/18HIVOhC_EusHK2541F-NI-BsK1cgv0g2N/view?usp=sharing Não nos ateremos aqui na demonstração da caracterização do que entendo por *populismo de direita* que, em resumo, implica na associação entre os componentes ideológicos conservadores, nacionalistas e neoliberais acima listados. Tais componentes são organizados a partir da lógica populista, sob a forma de um discurso que reivindica a defesa do *povo* em face de uma *elite* que a ameaça. Neste amálgama, perdem centralidade alguns elementos caros à tradição liberal (indicados nos componentes “i”, “j”, “m” da listagem acima) que são deslocados pelos componentes conservadores (“n”, “o”, “p”, “q”), que ocupam o núcleo normativo das performances discursivas dos *populistas de direita*.

SEGUNDA SEÇÃO: ENFIM O METEORO: O POPULISMO DE DIREITA E O PANDEMÔNIO.

2.1. POPULISMO NA PANDEMIA

Passando ao largo do debate acerca da fragilidade teórico-filosófica dessa abordagem, nosso objetivo é utilizá-la como ferramenta na caracterização do que entendemos por *populismo de direita* para, em seguida, avançar na reflexão acerca dos desafios (e, mesmo vantagens) que este tipo de liderança possui para lidar com a catástrofe que se abate sobre seus países.

Sendo assim, antes de partir para a análise do caso brasileiro, é preciso considerar a afinidade entre um contexto de vulnerabilidade generalizada e a retórica do medo, reforçada pelo binômio proteção e obediência⁹ que forja os apelos *populistas* à solidariedade nacional, à religião e a outros *topos* conservadores. Ainda que a hipótese de que o *populismo de direita* encontra algum tipo de *vantagem* para lidar com a conjuntura atual pareça absurda, nos referimos apenas a uma espécie de afinidade entre ela e uma cosmologia que mobiliza a ideia de ameaça, situando o emissor no papel de protetor do *povo* conquanto a seus inimigos.

Outra facilidade encontrada por este tipo de liderança, reside em seu caráter camaleônico que permite oscilar na definição de quem faz parte do povo e daquilo que o ameaça, conferindo uma margem segura para o ajustamento circunstancial dessa retórica. É essa margem que variará conforme os casos aqui elencados. Isto porque, como definido acima, o amálgama formado entre os componentes ideológicos operacionalizados pelo *populismo de direita* depende diretamente do reservatório de ideias e valores presentes em cada tecido social. Essa ressalva é crucial para compreendermos porque a sobreposição entre nacionalismo, conservadorismo e neoliberalismo assume feições particulares no Brasil.

O processo histórico de constituição da sociedade brasileira não abriu espaço para a penetração do legado iluminista no horizonte valorativo de seus cidadãos, daí o pouco apreço pelas instituições liberais e pela noção de direitos civis. Considerando, pois, nossa maldição particular sob a forma de uma *sociologia adversa* (Vianna & Carvalho, 2000), observa-se que Jair Bolsonaro encontra poucas barreiras junto à opinião pública para proceder uma relativização dos conteúdos que se referem à defesa da democracia, das liberdades individuais e dos direitos constitucionalmente garantidos aos cidadãos,

9 *Protego ergo obligo*, que, segundo Carl Schmitt, teria sido a versão hobbesiana para o corolário de René Descartes, *cogito ergo sum*, sendo este a resposta racionalista para o tema da verdade e seus fundamentos, e, aquele, sua aplicação para o tema da política. Sobre a discussão. (Cf. Schmitt, 1990)

uma vez que os próprios, em sua maioria, não se percebem como portadores da dignidade a eles atribuída por sua condição humana e pelas leis de seu país. Incluímos aqui entre os valores liberais não apenas aqueles situados no plano institucional, mas todo o legado das revoluções burguesas e do iluminismo, entre eles, a crença na ciência. Essa configuração permite que, quando comparados com outros *populismos de direita*, o caso brasileiro se destaca pela predominância do elemento conservador em relação ao componente nacionalista.

Isto explica por que, no plano econômico, é possível observar a defesa de um paradigma de alinhamento econômico (e cultural) subordinado à potência hemisférica, publicamente defendido pelo presidente brasileiro e seus correligionários, porém impensável a outras lideranças enquadradas na categoria, cujos discursos assumem um componente protecionista de defesa do mercado e dos trabalhadores nacionais. O que se traduz na incorporação em nas performances discursivas de líderes como Donald Trump e Boris Johnson, de alguns componentes ideológicos tipificados pelo CMP-MARPOR como *de esquerda*, (em especial os indicados nos itens “e”, “g” da listagem acima). Como ressalta Alan Badiou, em seu texto sobre a epidemia desenvolve a analogia entre a “situação epidêmica” e o estado de guerra no qual, independentemente de sua orientação política, as autoridades estatais assumem a função de impor às massas e “aos burgueses” restrições importantes para salvar o capitalismo local (Badiou, 2020, p73). Em suma, estamos diante de uma conjuntura na qual as elites políticas e econômicas se veem obrigadas a proteger as classes populares inclusive para manter sua ascendência sobre elas (*Ibidem*, p.76).

Por este motivo, é possível sugerir que o desafio de Jair Bolsonaro para lidar com o contexto atual, no qual dimensões ideológicas constitutivas do que se define por *esquerda* se tornam imperativas, seja ainda maior. Se por um lado o contexto de uma pandemia global, que ameaça a vida de milhares de cidadãos, pode reforçar a adesão popular a discursos conservadores, que apresentam a figura do

líder como *homem forte e protetor*; por outro, a crise econômica global, demanda uma ação estatal francamente redistributiva e contra cíclica, que contraria a orientação econômica por encampada pelo presidente e materializada na figura de Paulo Guedes.

2.2. POPULISTA EM AÇÃO: ANALISANDO A RESPOSTA DO GOVERNO BRASILEIRO

O objetivo desta seção é compreender, à luz das proposições elencadas acerca do *populismo de direita*, a resposta do governo de Jair Bolsonaro à crise instaurada pela disseminação da Covid-19 no Brasil¹⁰. Em uma breve análise gráfica, utilizamos a base de dados do Oxford COVID-19 Government Response Tracker (OxCGRT) e o índice criado por eles (“Stringency Index”¹¹), cujo objetivo é mensurar a agilidade e o rigor das medidas tomadas pelos governos de vários países. Na formação do índice são consideradas variáveis como fechamento de escolas e de locais de trabalho, suspensão do transporte público e de eventos, entre outros. Além disso, também é considerado se a medida foi tomada de forma localizada ou em âmbito nacional, e também, se é uma recomendação ou uma exigência.¹²

O gráfico 1 demonstra como a escalada do índice no caso brasileiro foi anterior ao primeiro caso de óbito. Segundo a base de dados do OxCGRT, o Brasil começa a pontuar no índice a partir do dia 02 de março quando tem apenas dois casos confirmados. A partir do 77º caso confirmado o país começa a enrijecer suas medidas e fica estabilizado com índice de 76,19 a partir do 11º óbito, no dia 21 de março.

Gráfico 1: Stringency Index por óbitos confirmados¹³

- 10 Como ressalva preliminar é importante indicar que a quantidade de casos e óbitos confirmados é diretamente relacionada aos testes realizados em cada país. Sabendo disso, no caso do Brasil, em particular, os resultados devem ser considerados sob o prisma da subnotificação. Um estudo realizado pelo Núcleo de Operações e Inteligência e Saúde (NOIS), divulgado em nota técnica do dia 11 de abril de 2020, calcula a taxa de subnotificação do país e conclui que apenas 8% dos casos de COVID-19 são notificados (PRADO et al, 2020).
- 11 O índice varia de 0 a 100, onde 0 significa uma resposta nula à crise do COVID-19 e 100 um *lockdown* que se estende por todo o território nacional, em sua forma mais rígido.
- 12 Os indicadores utilizados pelo OxCGRT estão discriminados com os seus respectivos significados e variáveis empregadas e podem ser acessados aqui.
- 13 O texto é um hyperlink, portanto, para acesso do conteúdo basta clicar e se abrirá uma outra tela.

Em razão do grande potencial de disseminação do vírus, as recomendações da Organização Mundial da Saúde¹⁴ indicavam, já em janeiro, a necessidade da suspensão de eventos públicos com aglomeração de pessoas, das aulas presenciais, das atividades econômicas não essenciais e, em casos onde a pandemia atingisse níveis mais alarmantes, a suspensão da produção de itens não essenciais e da livre movimentação de pessoas. Em conformidade com essa indicação, porém de maneira ambígua e contraditória, o governo federal brasileiro começou a adotar medidas preventivas que pareciam sinalizar uma abordagem incisiva no combate ao novo corona vírus.

A decisão inicial de maior relevância de autoria do Executivo foi a elaboração da Lei 13.979/2020, que possui, entre outras coisas, a finalidade de regulamentar a implementação de quarentenas. Não obstante essa resposta inicial, o governo federal não despendeu esforços para reforçar as práticas de isolamento social recomendadas pela OMS e a adoção da quarentena pela população. Ao contrário, o presidente estimulou, por meio de suas redes sociais e de canais oficiais, a prática do isolamento vertical, que consiste no distanciamento social apenas dos indivíduos integrantes do grupo de risco. A metodologia de isolamento por ele defendida não possui eficácia comprovada e não é defendida pela OMS.

O primeiro caso confirmado de Covid-19 em território brasileiro ocorreu no dia 26 de fevereiro e deflagrou medidas de contenção apenas em nível estadual e municipal. Apesar do agravamento da disseminação em diversos países, o Brasil não implementou medidas de vigilância sanitária extraordinárias nem adotou a proibição de voos oriundos de países com alto grau de contaminação da população. Durante o período que precedeu a disseminação comunitária - o momento em que não é possível identificar a origem dos novos casos - a administração federal optou uma estratégia de contenção que consistia no monitoramento dos casos suspeitos e na elaboração de campanhas informativas.

14 Doravante, OMS.

A desmobilização do Executivo nacional no combate à pandemia viabilizou a descentralização da tomada de decisões que ficou a cabo das subunidades federativas. A ausência da liderança de Bolsonaro proporcionou um contexto político de estímulo ao protagonismo de governadores e prefeitos que capitanearam a produção legislativa relativa às medidas de isolamento social. Nesse quesito, se destacam os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, onde se observaram os primeiros movimentos de quarentena no país. No primeiro caso, foram 14 decretos em um período de 1 mês e, no segundo, 5 decretos. Em adição a isso, o Estado de São Paulo adotou uma estratégia de distanciamento que garantiu que os números do isolamento social subissem de 28% para 56% da população durante os dias iniciais da disseminação do vírus. Em parceria com as prefeituras, o governador João Doria, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), suspendeu, no dia 13 de março, as aulas na rede de ensino estadual e municipal, além de decretar quarentena, proibindo a realização de eventos públicos e abertura de comércio não essencial a partir do dia 24 de março.

No caso do Rio de Janeiro, o governador Wilson Witzel, do Partido Social Cristão, decretou estado de calamidade pública em todo o território do estado, além de suspender as aulas do ensino básico e fechar as fronteiras estaduais. Outro elemento que corrobora a tese da proeminência dos governos locais é a constatação de que, dentre os 230 atos legislativos propostos na esfera federal por Órgãos de Estado, Entidades de Fiscalização Profissional, Casas Legislativas e Autarquias Federais, apenas 38 foram de autoria da Presidência da República, correspondendo a apenas 16,5% do total.

O Poder Executivo Federal, personificado pela figura de Jair Bolsonaro, assumiu desde o princípio da contaminação no país, um posicionamento de negação do cenário de crise e de priorização da manutenção das relações econômicas e sociais, leia-se, da rentabilidade dos investimentos, em detrimento da garantia da saúde e das condições de vida dos cidadãos. Isso é evidenciado pelo fato de que,

à parte da aprovação inicial da Lei de Quarentena e da liberação de verbas para o Ministério da Saúde, os esforços da esfera federal foram predominantemente direcionados para tranquilizar o empresariado, oferecendo amparo legal para demissões, suspensão de contratos de trabalho, reduções de carga horária dos empregados, condicionadas à redução salarial, e flexibilização dos encargos tributários.

Nesse sentido, destaca-se a elaboração da Medida Provisória 927, em 23 de março, que estabelecia suspensão da folha de pagamento salarial de empresas pelo período de quatro meses por meio de acordo individual ou coletivo entre o empregador e seus funcionários. Em decorrência da reação negativa por parte de diversos setores da sociedade, a equipe econômica do governo deu início a negociações para a implementação de uma política de transferência de renda emergencial, divulgada apenas ao final do mês de março. Esse programa de auxílio a famílias em situação de vulnerabilidade econômica definiu o pagamento inicial de R\$ 200,00 (US\$ 35, 76) para aquelas que se enquadrassem nas características pré-definidas pelo governo. Apenas após a intervenção do Congresso Nacional, a medida passou a garantir o atual valor de R\$ 600,00 (US\$ 107,27) ao impacto de aproximadamente 96 bilhões de reais nas contas do governo.

Embora pareça elevado, o montante é relativizado quando o contrastamos com os esforços de proteção do sistema financeiro, como a redução dos depósitos compulsórios bancários, a liberação de pacotes de ajuda econômica aos bancos e de linhas de crédito para empresas. Nesse contexto, é importante ressaltar que o suporte ao sistema financeiro se estabelece em uma dimensão desproporcional ao que se fez pelos trabalhadores. Se à população destinou-se o montante de R\$ 96 bilhões, aos bancos garantiu-se um aumento de liquidez da ordem de 1,2 trilhão de reais e a redução da taxa de depósitos compulsórios de 25% para 17%, sem a exigência de contrapartidas por parte dos bancos.

Ainda que estes desembolsos estejam aquém do necessário em face da crise que se avizinha, eles representam uma ruptura com a

orientação ideológica da equipe capitaneada pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, cuja ortodoxia na adesão aos princípios neoliberais (disciplina fiscal, desregulamentação das relações de trabalho, liberalização e abertura comercial, etc.) destoava da posição atualmente defendida por autoridades do Fundo Monetário Internacional e mesmo por seus colegas da Escola de Chicago. Em virtude disto, Guedes, que serviu como fiador de Bolsonaro junto às elites econômicas e financeiras do país, tem demarcado seu afastamento conquanto ao presidente, que o mantém alijado das discussões acerca dos pacotes de auxílio e recuperação a serem levados a cabo durante e após o surto de Covid-19¹⁵. Ilustrativa do radicalismo neoliberal que subjaz a alguns segmentos desta elite é a declaração do filho do presidente, o vereador Carlos Bolsonaro, que criticou o auxílio financeiro como sendo um primeiro passo para o socialismo. “Todos dependentes do estado até para comer, grandes empresas vão embora e o pequeno investidor não existe mais”, afirmou em publicação nas redes sociais.

Na maioria dos países, mesmo aqueles comandados por lideranças populistas de direita, medidas análogas também foram tomadas. A exemplo disso, os governos de Donald Trump, nos Estados Unidos, e o de Boris Johnson, no Reino Unido, foram responsáveis por executar programas abrangentes de redistribuição direta de renda, além de suspensão de dívidas pessoais e suporte para pequenos empresários. Neste tocante, nos parece que a diferença entre os casos estaria mais no plano social do que no político, haja vista as baixas expectativas dirigidas pelos cidadãos acerca das responsabilidades do Estado e das elites em situações de crise generalizada. É essa *sociologia adversa* que subjaz ao desconforto das camadas populares ao se ver “dependente de migalhas do Estado”, mas, também à revolta das camadas altas e médias ao ter que reduzir seu padrão de acumulação para subsidiá-las. Como afirmado na primeira seção, o *populismo* apenas precipita sentimentos e valores já disseminados no tecido so-

15 Cabe destacar que a principal iniciativa econômica do governo, o Plano Pró Brasil, tem sido delineado pela Casa Civil, liderada pelo general Walter Braga Neto.

cial. É este entendimento que orienta nossa hipótese para explicar os impactos do pandemônio na performance do *populista de direita* que comanda o país.

Tais efeitos, todavia, já impactam na aprovação de Jair Bolsonaro junto à classe média e entre segmentos importantes da classe política, provocando abalos significativos em sua instável e errática base de apoio. No momento em que escrevemos este texto o termo impeachment tem sido utilizado por representantes de diferentes segmentos sociais e ideológicos. Não obstante, embora sejam inequívocos os sinais de seu isolamento político, as pesquisas de opinião ainda não detectaram uma alteração significativa na popularidade de Bolsonaro. Entre março e abril suas taxas de aprovação têm se mantido em torno de 30%. Sua aceitação popular, no entanto, difere do desempenho de outros membros de sua administração e dos governadores e prefeitos que reagiram de modo mais enfático no combate à pandemia e lograram, em virtude disso, um aumento de popularidade. O exemplo mais evidente desse fenômeno é o do então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, que atingiu 76 pontos de aprovação popular antes de ser demitido pelo presidente.

Na esfera estadual, os governadores de Rio de Janeiro e São Paulo destacam-se na disputa por aprovação popular: o primeiro atingiu a marca de 55 pontos de aprovação e, o segundo, 51 pontos, de acordo com pesquisa do instituto Datafolha, realizada em 20 de abril. Aqui reside um outro elemento para refletirmos novamente sobre as vantagens e desvantagens do amálgama ideológico frouxo e camaleônico que caracteriza o *populismo de direita*, posto que permite a conformação de um discurso ambíguo acerca das medidas a serem tomadas no enfrentamento da crise.

Como salientamos na primeira seção do texto, o *populismo* possui uma natureza pendular, que possibilita a formação de uma coligação de apoio capaz de abarcar diferentes forças político-econômicas. Ou, em outros termos, sua vagueza e ambiguidade ideológica permitem a conformação de uma *cadeia de equivalência* entre grupos

sociais e forças políticas com diferentes orientações valorativas e ideológicas. Nos parece, pois, que ao estruturar sua práxis discursiva em torno da defesa da economia e delegar aos governadores e prefeitos a responsabilidade por adotar as medidas mais duras de contenção da pandemia, Bolsonaro colherá os frutos de ambos os lados, sem que lhes seja exigida uma coerência entre seus discursos e as políticas públicas implementadas ao longo do processo. O preço a ser pago por isso, todavia, pode ser alto, haja vista a emergência de novas figuras que podem vir a disputar o lugar por ele ocupado.

Referências Bibliográficas (em hiperlink)